



Boaventura de Sousa Santos Suicídio colectivo?

Segundo Franz Hinkelammert, o Ocidente tem recorrentemente caído na ilusão de tentar salvar a humanidade através da destruição de parte dela. Trata-se de uma destruição salvífica e sacrificial, cometida em nome da necessidade de concretizar radicalmente todas as possibilidades abertas por uma dada realidade social e política sobre a qual se supõe ter um poder total. Foi assim no colonialismo com o genocídio dos povos indígenas e dos escravos africanos. Foi assim no período de lutas imperialistas que causaram milhões de mortos em duas guerras mundiais e muitas guerras coloniais na África e na Ásia. Foi assim no estalinismo com o Gulag e no nazismo com o Holocausto. É assim hoje no neoliberalismo com o sacrifício colectivo do Terceiro Mundo. Com a guerra contra o Iraque, cabe perguntar se está em curso uma nova ilusão genocida e sacrificial e qual o seu âmbito. Cabe sobretudo perguntar se a nova ilusão não anunciará a radicalização e perversão última da ilusão ocidental: destruir toda a humanidade com a ilusão de a salvar. Se assim for, tratar-se-á de uma radicalização do mesmo tipo da que, por razões muito diferentes, há muito vem sendo denunciada pelo movimento ecológico.

O genocídio sacrificial decorre de uma ilusão totalitária que se manifesta na crença de que não há alternativas à realidade presente e de que os problemas e as dificuldades que esta enfrenta decorrem de a sua lógica de desenvolvimento não ter sido levada até às últimas consequências. Se há desemprego, fome e morte no Terceiro Mundo, isso não resulta dos malefícios ou das deficiências do mercado; é antes o resultado de as leis do mercado não terem sido aplicadas integralmente. Se há terrorismo, tal não é devido à violência das condições que o geram; é antes devido ao facto de não se ter recorrido à violência total para eliminar fisicamente todos os terroristas e potenciais terroristas.

Esta lógica política, assente na suposição do poder e do saber totais e na recusa das alternativas, é ultraconservadora, na medida em que pretende reproduzir infinitamente o *statu quo*. É-lhe inerente a ideia do fim da história. Durante os últimos cem anos, o Ocidente passou por três versões dessa lógica e, portanto, por três versões do fim da história: o estalinismo com a sua lógica da eficiência insuperável do plano; o nazismo com a sua lógica da superioridade racial; e o neoliberalismo com a sua lógica da eficiência insuperável do mercado. Os dois primeiros momentos envolveram a destruição da democracia. O último trivializa a democracia, desarmando-a ante actores sociais suficientemente poderosos para privatizarem a seu favor o Estado e as instituições internacionais. Tenho caracterizado esta situação como uma combinação de democracia política com fascismo social. Uma manifestação actual desta combinação reside no facto de a fortíssima opinião pública mundial contra a guerra se revelar incapaz de parar a máquina de guerra posta em marcha por governantes supostamente democráticos.

Em todos estes momentos domina uma pulsão de morte, um heroísmo de catástrofe, a ideia da iminência de um suicídio colectivo só prevenível pela destruição maciça do outro. Paradoxalmente, quanto mais ampla é a definição do outro e eficaz é a sua destruição, tanto mais provável é o suicídio colectivo. Na sua versão genocida sacrificial, o neoliberalismo é uma mistura de radicalização do mercado, neoconservadorismo e fundamentalismo cristão. A sua pulsão de morte tem assumido várias formas, desde a ideia das "populações descartáveis" para referir os cidadãos do Terceiro Mundo inaptos para serem explorados como operários e consumidores até ao conceito de "danos colaterais" para designar a morte de milhares de civis inocentes em consequência da guerra. Este último heroísmo da catástrofe está bem evidente em dois factos: segundo cálculos fiáveis da Organização Não-Governamental MEDACT de Londres, morrerão no Iraque, durante a guerra e nos três meses seguintes, entre 48.000 e 260.000 civis (isto no caso de não haver guerra civil nem ataques nucleares); a guerra custará 100 biliões de dólares, o suficiente para custear as despesas de saúde dos países mais pobres durante quatro anos.

É possível lutar contra esta pulsão de morte? É importante ter em mente que, historicamente, a destruição sacrificial esteve sempre associada à pilhagem económica dos recursos naturais e da força de trabalho, ao desígnio imperial de mudar radicalmente os termos das trocas económicas, sociais, políticas e culturais ante a quebra das taxas de eficiência postuladas pela lógica maximalista da ilusão totalitária em vigor. É como se as potências hegemónicas passassem recorrentemente, tanto em sua fase de ascensão como em sua fase de declínio, por momentos de acumulação primitiva, legitimadores das mais ignominiosas violências em nome de futuros onde, por definição, não cabe tudo o que se tem de destruir. Em sua versão actual, o momento de acumulação primitiva consiste na combinação da globalização económica neoliberal com a globalização da guerra. Contra ela está em curso a globalização contra-hegemónica, solidária, protagonizada pelos movimentos sociais e ONGs de que o terceiro Fórum Social Mundial (FSM) foi uma manifestação eloquente.

O FSM tem sido uma portentosa afirmação da vida no seu sentido mais amplo e plural, incluindo seres humanos e natureza. Que desafios defronta ante a cada vez mais íntima interpenetração da globalização económica e da globalização da guerra? Penso que a nova situação obriga o movimento dos movimentos a repensar-se e a reconfigurar as suas prioridades. É sabido que o FSM, logo em sua segunda reunião, em 2002, identificou a articulação entre o neoliberalismo económico e o belicismo imperial e, por isso, organizou o Fórum Mundial da Paz de que a segunda edição teve lugar em 2003. Isso, porém, não basta. É necessária, em meu entender, uma inflexão estratégica. Os movimentos sociais, quaisquer que sejam as suas áreas de luta, devem dar prioridade à luta pela paz como condição necessária ao êxito de todas as outras lutas. Isto significa que têm de estar na frente da luta pela paz, não deixando que esta seja solitariamente ocupada pelos movimentos pela paz. Todos os movimentos contra-hegemónicos são, a partir de agora, movimentos pela paz. Estamos em plena quarta guerra mundial e a espiral de guerra vai certamente continuar a girar. O princípio da não violência que consta da Carta de Princípios do FSM tem de deixar de ser uma exigência feita aos movimentos para passar a ser uma exigência global dos movimentos. Esta inflexão é necessária para, nas actuais condições, contrapor à vertigem do suicídio colectivo a celebração da vida, um humanismo novo, cosmopolita, construído contra as abstrações iluministas, a partir da resistência concreta ao sofrimento humano concreto imposto pelo verdadeiro eixo do mal: neoliberalismo e guerra.

Published 2003-03-26

Original in Portuguese

Contribution by Revista Crítica de Ciências Sociais

First published in *Visão* (Portugal) and *Folha de São Paulo* (Brasil) 19 March 2003.

© Boaventura de Sousa Santos

© Eurozine